

Pesquisa em Debate

SINDICALISMO E VANGUARDA REVOLUCIONÁRIA EM SÃO PAULO (1906 - 1937).¹

TRADE UNIONISM AND REVOLUTIONARY VANGUARD IN SÃO PAULO (1906 - 1937)

Alzira Lobo de Arruda Campos

Livre-docente pela Unesp e professora da Universidade São Marcos

Marcos Cardoso Gomes

Doutor em Letras pela USP e professor da Universidade São Marcos

¹ Trata-se de reprodução de parte do primeiro capítulo de minha tese de livre-docência “*Tempos de viver*”: *dissidentes comunistas em São Paulo (1931-37)*. Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Unesp. Franca, 1998.

Resumo

O movimento operário, por meio do sindicalismo, constituiu o caldo de cultura para a organização da esquerda e da vanguarda revolucionária na cidade de São Paulo, de 1906 a 1937. As dissidências de esquerda relacionaram-se intimamente com o conceito de vanguarda e da internacionalização da revolução proletária. Trotskistas e stalinistas lutaram para o domínio dos sindicatos, em busca da liderança na derrubada da ordem burguesa.

Palavras-chave: esquerda brasileira; sindicalismo; vanguarda revolucionária; trotskistas; stalinistas.

Abstract

The labor movement, through the unions, was the breeding ground for the organization of the left and the revolutionary vanguard in the city of São Paulo, from 1906 to 1937. The left-wing dissent is closely related to the concept of avant-garde and the internationalization of the proletarian revolution. Trotskyists and Stalinists fought for the domain of trade unions in search of leadership at the overthrow of the bourgeois order.

Key words: brazilian left; trade unionism; revolutionary vanguard; Trotskyites; Stalinists.

O estudo da esquerda na cidade de São Paulo vincula-se inelutavelmente ao estudo do movimento operário na sua versão mais conseqüente — a do sindicalismo. De fato, os combates operários e a luta sindical constituíram a caixa de ressonância da organização da vanguarda revolucionária, isto é, dos partidos ou correntes que pretendiam a derrubada da ordem burguesa. Quanto às dissidências da esquerda, o estudo das biografias de militantes comprova que boa parte das divergências originaram-se na luta pelo domínio de sindicatos ou por posições conflitantes sobre a oportunidade de determinadas intervenções no seio da massa trabalhadora. Por tais motivos, os movimentos operários constituíram o pano de fundo da esquerda paulistana — posição que ocupam nas presentes reflexões.

Desde o século XIX, os discursos conflitantes entre capital e trabalho, criaram dois ideários: o da repressão e o da revolução. Ambos apoiaram-se fortemente em jornais. Por exemplo, em 1.º de maio de 1898, Paschoal Artese lançou o jornal *O Proletário*, com Francisco Escobar e Euclides da Cunha como redatores. Euclides da Cunha publicou, no número de estréia, o programa de 21 itens (tribunais trabalhistas, oito horas de trabalho, racionalização do crédito, substituição das forças armadas pelo povo armado, etc.) e uma mensagem destinada a “promover a solidariedade entre todos os que formam a imensa maioria dos oprimidos sobre os quais pesam as grandes injustiças”. No fim do século passado, entraram no Brasil dois dos maiores líderes trabalhistas da época: Gigi Damiani e Oreste Ristori.

No dia 20 de outubro de 1900, em língua italiana, apareceu em São Paulo o jornal *Avanti*, que trazia um artigo assinado por Benito Mussolini que defendia, segundo princípios socialistas, o imigrante Ângelo Longaretti que assassinara o coronel Diogo Salles, irmão do presidente Campos Salles, em defesa de sua irmã que havia sido ameaçada, pelo referido coronel, com um pedaço de pau. No ano de 1901, começou a circular o *La Bataglia*, onde Oreste Ristori escrevia contra os potentados locais.²

Desde finais do século XIX, com a entrada em massa de emigrantes no Brasil, as condições subumanas de trabalho provocaram o movimento organizacional dos operários, que se traduziam em greves, “paredes”, boicotes, comícios, palestras, e outros, liderados por lideranças sindicais. No primeiro momento, os libertários, em sua corrente anarco-

² MAFFEI, Eduardo. *Op. cit.*, p. 134.

sindicalista, constituíram a maior parte dessa vanguarda de esquerda, integrada também por socialistas utópicos, e, mais tarde, especialmente após a fundação do Partido Comunista do Brasil, por marxistas. A chamada “questão social”, isto é, o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos advindos do embate entre o capital e o trabalho, e provocados pela afirmação da classe operária na sociedade capitalista³, absorveu pouco a pouco conceitos ideológicos e revolucionários.

A capital paulista possuía cerca de 700.000 habitantes e 100.000 operários, por volta da fundação do PCB.⁴ Esses operários careciam de tradição organizatória capaz de oferecer lastro à criação de um partido voltado aos interesses da classe trabalhadora. Havia a predominância de correntes reformistas entre os trabalhadores representadas por socialistas evolucionistas, cooperativistas, movimentos católicos, etc. Os anarquistas não aceitavam qualquer forma de organização, a não ser os sindicatos para os anarco-sindicalistas. Até 1922, as correntes “de idéias avançadas” ou de esquerda atacavam o sistema dominante, mas não dispunham de partidos que disputassem eleições. As ações políticas dos socialistas em geral circunscreviam-se a greves e lutas para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

Em posição dialética, a vanguarda revolucionária procurava esclarecer os operários que a única solução para a exploração extrema do trabalho pelo capital encontrava-se na sociedade sem classes, portanto, não conflitual. No setor da burguesia brasileira, a questão social era pura invenção de estrangeiros “ingratos” e de “maus brasileiros”. A agitação nos meios operários deveria ser tratada como atentados à ordem. Portanto, pela polícia. A grande onda de greves de inícios do século XX levou à criação do “Gabinete de Investigações”, formado pelas Delegacias de Ordem Social e Política. Em 1924, esse gabinete se transformou no DOPS - Departamento de Ordem Política e Social.

O discurso dominante continuou a enaltecer a “paz social” que imperaria no Brasil:

³ CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *A “Questão Social” no Brasil. Crítica do discurso político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982, p. 21.

⁴ A população da cidade de São Paulo cresceu vertiginosamente com a chegada de imigrantes, atraídos pelo capital cafeeiro e industrial. Assim, os 240.000 habitantes do início do século passaram, em 1910, a 469.748; em 1920, a 579.000; em 1930, a 876.000; e, em 1940, ultrapassaram a casa do milhão, chegando a 1.316.000. (Revista *Veja*, ano 30, n.º 25, p.p. 14-15). Esse dinamismo populacional foi responsável, em grande parte, pelo dinamismo político da capital paulista, registrado especialmente no setor sindical.

A alma rude, mas essencialmente boa, dos habitantes do sertão, como a dos pacíficos moradores das vilas e das cidades, possui um fundo de filosofia religiosa natural, uma elevação e nobreza de sentimentos que não são comuns a todas as raças, nem são o apanágio de todos os que se dizem civilizados e, como tais, abordam a esta terra hospitaleira e rica.⁵

As “elites pensantes” do conservadorismo contorciam-se em malabarismos retóricos, pressionadas pela realidade social. Numa conferência proferida no Teatro Lírico do Rio, Rui Barbosa reconheceu existir uma questão social no Brasil, mas falando à Associação Comercial como candidato das classes conservadoras à Presidência da República declarou:

Não me agrada, senhores, esse nome de **classes**. Quisera vê-lo banir da linguagem política, numa democracia onde não parecem ter lugar essas expressões de graduação e antagonismo. Como **classes**, numa sociedade nivelada, onde os próprios vestígios da escravidão se vão diminuindo na fusão de todas as raças? Como **classes**, no regime de costumes que reduz todas as distâncias, apaga todas as diferenças e iguala todas as condições? Como **classes**, no estado legal de direitos, hierarquias e dignidades que se oferecem a todos os indivíduos sem acepção de nascimento, cor ou herança? Como **classes**, no gênero de coletividades cujos membros não se extremam uns dos outros, senão pelas circunstâncias do valor ou da sorte, circunstâncias cegas, providenciais ou caprichosas que abatem os mais nobres ou elevam os mais humildes? O vocábulo soa mal porque favorece equívocos, invejas, rivalidades e, melhor seria, destarte, removê-lo de uma aplicação inconveniente.⁶

Washington Luís, ao lançar em 1920 a sua plataforma para o governo de São Paulo, proclama: “A agitação operária é uma questão que interessa mais à ordem pública do que à

⁵ *Carta Pastoral de D. Frei Luiz Maria de Sant’Anna Bispo de Uberaba saudando aos seus diocesanos*. São Paulo: Casa Duprat-Mayença, 1929, p. 9.

⁶ *Apud*: RIBEIRO, Darcy. *Aos trancos e barrancos...*, verbete n.º 363.

ordem social; representa ela o estado de espírito de alguns operários, mas não o estado de uma sociedade.”⁷

Na melhor das hipóteses, a “questão social” no pensamento político burguês era encarada no interior de uma teoria de integração social que visava sobretudo a neutralizar os efeitos da luta de classes, por conta de um assistencialismo à Leão XIII, baseado nas idéias da *Rerum Novarum*, de 1893. Na voz de Lindolfo Collor, em 1930, “a existência da questão social entre nós nada tem de grave ou inquietador: ela representa um fenômeno mundial, é demonstração de vida, de progresso”.⁸

No ano de 1904, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou um artigo de Euclides da Cunha no qual se lê que fora com Karl Marx que o socialismo científico começara a usar uma linguagem firme, compreensível e positiva, e que o capitalismo colocou o trabalhador num nível inferior ao da máquina:

/.../ o operário, adstrito a salários escassos demais à sua subsistência, é a máquina que se conserva por si, e mal; as suas dores recalca-se forçadamente estóico; as suas moléstias, que, por uma cruel ironia, crescem com o desenvolvimento industrial — o fosforismo, o saturnismo, o hidrargirismo, o oxicarbonismo — cura-se como pode, quando pode; e morre, afinal, às vezes subitamente triturado nas engrenagens da sua sinistra sócia mais bem aquinhoadada, ou lentamente — esverdeado pelos sais de cobre e de zinco, parálitico delirante pelo chumbo, inchado pelos compostos de mercúrio, asfixiado pelo óxido carbônico, ulcerado pelos cáusticos dos pós arsenicais, devastado pela terrível embriaguez petrólica ou fulminado por um ‘coup de plomb’ — quando se extingue, ninguém lhe dá pela falta na grande massa anônima e taciturna, que enxurra todas as manhãs a porta das oficinas.

⁷ Citado em Evaristo de Moraes, “A questão operária em São Paulo e no resto do Brasil”, in *Correio da Manhã*, 15 jan. 1926. *Apud*: DULLES, John W. Foster. *Anarquistas e comunistas no Brasil*, p. 229.

⁸ Manifesto redigido pelo deputado Lindolfo Collor e dirigido à Nação Brasileira pela Aliança Liberal, Convenção de 20/9/29, in: *Aliança Liberal: documentos da campanha presidencial*. Rio de Janeiro, Oficinas Alba Gráfica, 1930, p.p. 17-77. *Apud*: CERQUEIRA FILHO, Gisálio, *op. cit.*, p. 76.

O artigo conclui pela justificação do duplo princípio fundamental defendido pelos socialistas: socialização dos meios de produção e circulação; posse individual somente dos objetos de uso.⁹

As greves gerais de 1907, ocorridas em São Paulo, Rio de Janeiro e interior foram duramente reprimidas. Patrões e polícia atribuíram os movimentos grevistas a agitadores profissionais, pagos por governos estrangeiros para matar a industrialização nascente do Brasil. No mesmo ano foi promulgada a Lei Adolpho Gordo — a “Lei Celerada” —, que autorizava a expulsão de líderes operários estrangeiros e o internamento dos brasileiros que comprometessem a “segurança nacional”. No seu primeiro ano de vigência, a Lei Celerada expulsou 152 líderes operários estrangeiros; nos anos seguintes, outras centenas foram banidas do Brasil. Logo depois foi promulgado o Decreto 1.637, que passou a exigir que os dirigentes sindicais operários fossem brasileiros natos ou naturalizados.¹⁰

A agitação operária foi prejudicada pela recessão econômica de 1908, quando as limitadas conquistas dos trabalhadores perderam-se pela situação de desemprego e pela ação violenta da polícia, chamada rotineiramente pelos patrões para coibir movimentos grevistas. Mesmo assim, em setembro, os empregados das Docas de Santos entraram em greve pela jornada de oito horas e por aumento salarial. A repressão violentíssima¹¹ não impediu o alastramento da greve às categorias de carroceiros e de ensacadores de café. *La Bataglia* dedica página inteira à greve de Santos, reforçando a denúncia sobre a fuzilaria e os cárceres cheios de inocentes, com a transcrição de matéria publicada pelo advogado Martim Francisco no *Comércio de S. Paulo*, verberando as violências policiais.¹²

Em São Paulo, frações de categorias (operários em construção, marcenaria e carpintaria, chapéus, calçados, tipografia) promoveram greves de solidariedade aos doqueiros, sob a liderança da Federação Operária. A polícia prendeu operários acusados de

⁹ *Apud*: MAFFEI, Eduardo. *Op. cit.*, p. 135.

¹⁰ RIBEIRO, Darcy, *op. cit.*, verbete n.º 146.

¹¹ “Devidamente escoltados, chegaram ontem a esta capital, diversos operários presos em Santos, como insufladores da greve das Docas. Uma turma veio pela manhã, outra à tarde, sendo apresentados à autoridade de serviço na Repartição Central da Polícia. Os grevistas foram recolhidos ao xadrez, à disposição do secretário da Segurança Pública.” (*Correio Paulistano*, 19/9/1908).

¹² N.º 186, 30/9/1908.

aliciamento à greve; Washington Luís enviou uma força de cavalaria para garantir o trabalho na fábrica de tecidos Santa Maria.¹³

A greve foi sufocada após intervenção federal, não conseguindo os operários mais do que uma tarifa de 500 réis por hora, o que obrigaria a uma jornada de dez horas para perfazer os 5\$000 diários e não as oito horas reivindicadas.

No campo de batalha dos operários, 1908 assinalou a vinda para São Paulo do italiano Enrico Ferri e do francês Jeanres, convidados por Antônio Picarolo, que havia fundado o Centro Socialista Paulistano. Apareceu, ainda, uma folha acadêmica anticlerical, *A Bomba*, fundada por Carlos Vilalva Júnior.¹⁴

Entre os revolucionários da época figurava um dos futuros opositores de esquerda de São Paulo, Afonso Schmidt, que, em 1909, numa saleta do Largo da Sé, escrevia e imprimia folhetos libertários juntamente com Gigi Damiani.

O La Bataglia continuava a ser o principal órgão da imprensa proletária a apoiar as greves, demonstrando a forte liderança anarquista da massa trabalhadora. Sobre o movimento grevista dos pedreiros, ocorrido em setembro de 1909, movimento que reivindicava o pagamento de 6\$000 diários para os pedreiros e 4\$000 para os ajudantes — pagos semanalmente — diz o *La Bataglia*:

O uso, imperante neste país, de pagar os operários depois de 50 dias e mesmo dois ou três meses de trabalho é bárbaro, vergonhoso, uma vez que com isso o operário tem que ser capitalista, e, não o sendo, é constrangido, para não morrer de fome, a hipotecar, junto ao armazém, seu trabalho a uma taxa de usura, pagando os gêneros de primeira necessidade 20% mais que o preço comum. (...) Não achamos que a greve resolva o problema social, mas, diante da dignidade lesada, é inútil discutir coerência.¹⁵

Ainda em setembro de 1909, os operários da Vidraria Santa Marina deflagraram greve por aumento de salário para os menores, portadores de garrafas. O gerente chamou a

¹³ *Correio Paulistano*, 26/9/1908.

¹⁴ MAFFEI, Eduardo. *A greve*, p. 140.

¹⁵ N.º 229, 19/9/1909.

polícia; em represália, a greve estendeu-se a toda a fábrica. Os operários organizaram uma comissão para representá-los, comissão que exigiu a demissão do gerente. A direção da fábrica concordou com o aumento salarial das crianças, mas se recusou a demitir o gerente, ameaçando com *lock-out* caso o trabalho não fosse reiniciado. Nesse sentido, o forno a mão foi apagado, com a dispensa dos que nele trabalhavam, os quais foram intimados a abandonar as casas que habitavam, pertencentes à fábrica, num prazo de oito dias. Os operários dos fornos a máquina foram ameaçados com a mesma sanção.¹⁶ A imprensa cooptada reagiu diante da simpatia que os paredistas estavam conseguindo junto à opinião pública, noticiando o fim do movimento com a despedida dos operários:

Os 500 ou 600 desordeiros /.../ que lá se conservam, usando da concessão de oito dias, que lhes fez a diretoria do estabelecimento para se mudarem dos prédios pertencentes à fábrica, não podem, em rigor, ser considerados paredistas. Trata-se, realmente, de desordeiros, se não, anarquistas, que se divertem a fazer passeatas com bandeiras vermelhas, a disparar tiros, a intimidar as pessoas ordeiras das vizinhanças. Esses indivíduos, não sendo mais empregados da fábrica, não têm direito algum de promoverem manifestações contra a respectiva direção. Ontem, os desordeiros impediram que alguns operários estranhos, que iam procurar trabalho, se entendessem com o gerente da fábrica. É, como se vê, o começo da violência. Estamos, porém, informados de que a autoridade agirá com decisão e firmeza, no sentido de fazer respeitar todos os direitos e de impedir quaisquer atos de força.¹⁷

O *La Bataglia* apresenta a versão dos trabalhadores: ao pedido de aumento salarial para as crianças, o gerente “assassino” chamara a polícia, que lançara a cavalaria sobre filhos e mulheres dos operários; o dr. Antonio Prado, presidente do Conselho Administrativo da fábrica, demitira os operários para constrangê-los à rendição incondicional, dando ao mesmo tempo ordem de despejo para os que ocupassem casas da companhia, e fechando as portas do

¹⁶ *Correio Paulistano*, 15/9/1909.

¹⁷ *Correio Paulistano*, 15/9/1909.

armazém fornecedor de víveres aos operários; a escola, mantida pelos operários, foi despejada com o mestre e os escolares; 200 soldados armados de fuzil estavam a postos para fazer carga sobre os operários, chamados de desordeiros e anarquistas pelo *Correio Paulistano*.¹⁸

Edgard Leuenroth, diretor-proprietário do *Lanterna*¹⁹ e do *A Plebe*²⁰, em 12/5/1911, “à frente de numeroso grupo de sediciosos, que fez motim e assuada, atacou a polícia e os clericais, proferindo gritos insultuosos, disparando tiros e violentando transeuntes”. Em 1912 Leuenroth planejou um movimento subversivo na capital paulista, de acordo com a Federação Operária do Distrito Federal, também anarquista.²¹ Concomitantemente, os anarquistas organizaram no Brás as “Escolas Libertárias Livres”, que deveriam cooptar o proletariado paulista para a causa revolucionária.²²

No início de 1912 fundou-se a Liga Industrial de São Paulo, que se propunha a evitar as greves dos operários “pelos meios suavisos ao seu alcance e pela oportuna intervenção junto aos patrões e autoridades”.²³ Poucos meses depois ocorreu a fundação do Centro Industrial dos Fabricantes de Calçados, aglutinando fabricantes em torno das casas Clark, Rocha, Melillo e outras.²⁴ Essa medida coincidiu com a irrupção de greve no setor e visava a fazer frente a uma insatisfação operária já evidente desde a constituição da Liga Industrial.²⁵ Com efeito, em maio, perto de 800 operários da fábrica Clark entraram em greve pela jornada de oito horas e aumentos salariais para toda a categoria. Os industriais articularam-se preventivamente, decidindo pelo *lock-out*, o que acirrou os ânimos. A greve se alastrou, envolvendo 10.000 operários calçadistas e de outros ramos, como o têxtil (Fábrica Nacional de Tecidos de Juta e Mariângela). Os grevistas organizaram-se no Centro Operário dispostos a não aceitar intermediários para a solução da crise e a não voltar ao trabalho sem serem atendidas as condições pedidas pelos empregados da fábrica Clark. Os empresários, como de hábito, recorreram às autoridades policiais. Efetuaram-se numerosas prisões, como a do

¹⁸ N.º 229, 19/9/1909.

¹⁹ Hebdomadário anticlerical.

²⁰ Órgão oficial anarquista, também hebdomadário.

²¹ Prontuário n.º 122, de Edgard Leuenroth, v. 1.

²² RIBEIRO, Darcy. *Aos trancos e barrancos...*, verbete n.º 240.

²³ *Correio Paulistano*, 14/2/1912.

²⁴ *Correio Paulistano*, 16/5/1912.

²⁵ BEIGUELMAN, Paula. *Os companheiros de S. Paulo*, p. 66.

secretário dos operários em malharia, Francisco Calvo, que depois de 15 dias de detenção, precarissimamente alimentado e dormindo no cimento úmido de um cubículo privado de ar, foi atirado, à guisa de livramento — graças ao *habeas corpus* impetrado em seu favor —, num bosque distante da cidade onde foi encontrado, gravemente doente, a ponto de não poder deixar o leito.²⁶

O setor têxtil foi o primeiro a ceder: os tecelões, “miseros escravos, trabalhando pais e filhos sem chegar a alcançar mais que a fome”, não resistiram e voltaram a trabalhar “nas mesmas condições horríveis de antes”.²⁷

Em 11/9/1912, o deputado dr. Antônio Campos Sales Júnior apresentou projeto de lei para transformar o Patronato Agrícola²⁸ em Patronato do Trabalho. O novo patronato deveria intervir “preventivamente nas questões do trabalho, a fim de conciliar divergências e estabelecer acordo entre os interessados”, assim como zelar pela fiel observância do Decreto Federal n.º 1.313, de 1891, relativo ao trabalho de menores nas fábricas.²⁹ No mesmo ano de 1912, a imprensa proletária denunciou que na cidade de São Paulo havia crianças de nove anos trabalhando dia e noite, e que 80% das mulheres eram obrigadas a trabalhar 12 horas por dia, porque o salário de maridos e pais não era suficiente.³⁰

A legislação repressiva continuou a se radicalizar, tangida pelo temor dos empresários diante da agitação proletária. As atenuantes do Decreto n.º 1.641, de 7/1/1907, que punia com a expulsão o estrangeiro que, por qualquer motivo, compromettesse a segurança nacional ou a tranqüilidade pública, foram revogadas pelo Decreto n.º 2.741, de 8/1/1913, promulgado por Hermes da Fonseca. O mal-estar no meio operário — decorrente da carestia de vida — agravou-se com a lei de expulsão e com a tendência manifestada pelo empresariado, diante da perspectiva de recessão, de negar terminantemente o aumento, ou mesmo de reduzir os

²⁶ *La Bataglia*, 26/5/1912.

²⁷ *La Bataglia*, 26/5/1912.

²⁸ Estabelecido pela lei n.º 1.299-A, de 27/12/1911, com o objetivo de “resolver, por meios suasórios, quaisquer dúvidas que porventura surjam entre os operários agrícolas e os seus patrões”. In: *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho*, Anno I, n.º 4, 3.º trimestre de 1912.

²⁹ *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho*, Anno I, número 4, 3.º trimestre de 1912.

³⁰ *La Bataglia*, n.º 323, 24/9/1911.

salários.³¹ Dezenas de anarquistas passaram a ser caçados em São Paulo e, uma vez presos, deportados do Brasil, no prazo de 15 dias.

Neste impasse, os operários se mobilizaram em torno da Confederação Operária Brasileira, decidindo-se pela realização de comícios nos diversos centros urbanos, contra a carestia, o salário baixo e a excessiva jornada de trabalho.³² Como os comícios estivessem proibidos pela polícia, as lideranças operárias paulistas optaram por promover reuniões em diversos bairros da capital, para depois convergir todos os trabalhadores ao Largo São Francisco, para um comício de protesto. As autoridades resolveram, então, proibir as reuniões parciais, dispersando os primeiros grupos que se formavam nos bairros do Cambuci, Bexiga, Bom Retiro, Mooca e Brás. Os operários postos em debandada pela polícia tomaram bondes com destino ao Largo da Sé para ouvir um orador, mas também esse comício foi dispersado pelo delegado incumbido do policiamento naquele ponto, coadjuvado por duas praças de cavalaria.³³

A crise de 1914 abateu-se pesadamente sobre os proletários paulistas, que se defrontaram, pela primeira vez, com o desemprego em massa. Em agosto, já configurado o estado de calamidade pública, a imprensa da capital patrocinou um Comitê de Assistência em benefício das famílias desempregadas.³⁴ D. Miguel Kruse, um dos organizadores do comitê, declarou, no dia 27 de agosto, que por causa das desordens e acúmulo de pessoas no Largo de S. Bento, o mosteiro resolvera não mais distribuir gêneros e dinheiro aos necessitados que procuravam diariamente a instituição. Por outro lado, o prefeito cedia as chaves de um prédio no Largo da Sé para a instalação de um armazém beneficente, e uma comissão de senhoras da Cruz Vermelha se prontificava a colaborar com essa iniciativa.³⁵ Calculava-se, nessa ocasião, a existência para mais de 10.000 operários sem trabalho na cidade de São Paulo. Como era previsível, as comemorações do 1.º de Maio de 1914 foram marcadas por violentos protestos das associações operárias contra o aumento do custo de vida e o brutal desemprego.³⁶ Um ato

³¹ BEIGUELMAN, Paula. *Os companheiros de São Paulo*, p. 70.

³² *Germinal*, n.º 1, 16/3/1913.

³³ *Correio Paulistano*, 21/4/1913.

³⁴ *Correio Paulistano*, 26/8/1914.

³⁵ *Correio Paulistano*, 27/8/1914.

³⁶ *Avanti*, 1/5/1914.

público marcado para o dia 2 de agosto, no Largo da Sé, contra a guerra, a carestia e o desemprego, foi proibido e efetuaram-se algumas prisões.³⁷

A defesa do proletariado pelos anarquistas é reconhecida pela literatura sobre movimentos operários: antes dos comunistas, eram eles que davam a linha justa, tanto com discursos moralistas e bombas de fabricação caseira, como publicando livros, revistas e jornais; mas, sobretudo, organizando o operariado em sindicatos.³⁸ O comício de 1.º de maio de 1915, reproduzindo idéias libertárias, apresentou faixas com os dísticos: “Abaixo a guerra!” e “Viva a Internacional dos Trabalhadores!”

As autoridades conseguiram contornar a agitação operária de 1914-15. O presidente do Estado, Rodrigues Alves, em mensagem enviada (em 1915) ao Congresso Legislativo pôde afirmar, no item *Ordem Pública*:

O nosso Estado gozou de inteira paz durante o ano findo, não tendo havido nenhuma ocorrência anormal. O governo, como lhe cumpria na atual emergência, procurou, pelos meios a seu alcance, dar destino a um grande número de pessoas que se encontravam sem trabalho em São Paulo, fornecendo-lhes meios de transporte para o interior, de preferência para os centros agrícolas.³⁹

O Estado de S. Paulo, de 4/6/1917, apresenta o quadro de uma indústria que trabalhava fundamentalmente com moças e menores e conservava “na desocupação, no regime doloroso do salário baixo, pobres operários adultos com mulher e filhos”. Sucederam-se grandes manifestações de trabalhadores, com greves e passeatas a favor da paz, contra a guerra.

Em junho, perto de 2.000 operários do Cotonifício Crespi, na Mooca, iniciaram a greve geral de São Paulo, exigindo um aumento de 20% nos seus salários. A empresa, em resposta, fechou suas portas por tempo indeterminado.⁴⁰ Melhor resultado obtiveram, em julho, os grevistas da Estamparia Ipiranga, da firma Nami Jafet e Companhia: sua

³⁷ *Correio Paulistano*, 3/8/1914.

³⁸ *Aos trancos e barrancos...*, verbete n.º 294.

³⁹ *Correio Paulistano*, 15/7/1915.

⁴⁰ *O Estado de S. Paulo*, 20/6/1917 e 30/6/1917.

reivindicação de 20% para o trabalho diurno e 25% para o noturno foi aceita pelo empresário, defrontado com a atitude firme dos operários.⁴¹

Os operários da Crespi, ainda em greve, receberam o apoio da Liga Operária do Ipiranga, que divulgou a solicitação dos grevistas para que houvesse boicote aos produtos da fábrica, pois suspeitavam que, embora fechada, a fábrica continuasse sua produção em outro estabelecimento.⁴² Revoltados com o assassinato de um sapateiro, os trabalhadores provocaram tumultos, queima de bondes e saques. O movimento grevista se alastrou, atingindo cerca de 20.000 trabalhadores. O chefe de polícia, Tirso Martins, comandou a repressão, prendendo centenas de operários. Houve fuzilaria, com o saldo de três mortos. Foi nesse movimento que Miguel Costa aderiu à causa operária, conseguindo que o Comitê de Defesa Proletária⁴³ se reunisse com 10 jornalistas, apresentando uma pauta mínima de reivindicações, que foi encaminhada ao governo e industriais. Em 15 de julho, pela intermediação de 13 jornalistas, o Comitê conseguiu do governador Altino Arantes a libertação dos operários presos, o reconhecimento do direito de reunião, além da resolução de que fossem cumpridas as normas sobre o trabalho dos menores, prometendo, também, o estudo de leis sobre o trabalho noturno das mulheres e dos jovens, e a garantia de manutenção de preços dos gêneros de primeira necessidade. Na Praça da Concórdia, no dia seguinte a tais resoluções, realizou-se o maior dos comícios organizados para divulgar as conquistas operárias. Os 80.000 operários presentes⁴⁴ assumiram a tarefa de organizar a massa operária e encerraram a reunião cantando *A Internacional*. Leuenroth foi um dos principais mentores dessa greve. Por esse motivo, foi preso em 15/9/1917, e absolvido e solto em 9/3/1918. Seu advogado, Evaristo de Moraes, publicou suas razões no folheto *O Anarquismo Perante o Júri*. Leuenroth, diz a polícia, fascinara nesse ano por tal maneira o proletariado que, em fevereiro, foi por este candidato a uma cadeira de deputado federal.⁴⁵ Leuenroth fundara *A Plebe* para apoiar as reivindicações operárias e fazer pregações libertárias. Ao mesmo tempo, Everardo Dias lançou *O Manifesto aos Soldados*, sendo expulso do país.

⁴¹ *O Estado de S. Paulo*, 5/7/1917 e 7/7/1917.

⁴² *O Estado de S. Paulo*, 6/7/1917.

⁴³ Formado por líderes trabalhistas, a fim de fazer frente ao fechamento dos sindicatos pela polícia.

⁴⁴ Na avaliação de Everardo Dias (*História das lutas sociais no Brasil*, p. 303).

⁴⁵ Prontuário de Edgard Leuenroth, n.º 122, v. 1.

Em finais de outubro de 1917, as notícias sobre a Revolução Russa chegaram ao Brasil, provocando grande entusiasmo nos meios operários, fato que levou a polícia a afirmar que, *grosso modo*, a primeira manifestação concreta de propaganda comunista no Estado de São Paulo verificara-se com a greve geral de novembro de 1917, na Capital, pois “o processo que se empregou para o desenvolvimento daquela gravíssima crise fornece-nos índices irrefutáveis da orientação ideológica de seus dirigentes”. Não obstante, a polícia confessou não dispor de elementos para identificar o que seria, naquela época, o PCB, qual a sua força, quais os seus agentes, quais os seus métodos.⁴⁶ A greve de novembro conseguiu manter São Paulo paralisada por um mês, submetida aos comitês de greve, em luta campal com a polícia.

No dia seguinte a essa manifestação irrompeu um movimento grevista que se generalizou, atingindo cerca de 50.000 operários e se estendendo a outras cidades paulistas. Os trabalhadores, representados pelo Conselho-Geral dos Operários, insistiam na jornada de oito horas, na proibição do trabalho aos menores de 14 anos e do trabalho noturno às mulheres, reclamando, ademais, um salário mínimo e a redução dos preços dos gêneros alimentícios e dos aluguéis. Embora esse movimento contasse com a simpatia aparente do governador e do secretário de Justiça do Estado, a reação policial foi violenta: grevistas e “responsáveis intelectuais” foram encarcerados e a cavalaria foi lançada contra os operários. Em Santos, sob a direção batuta de Ibrahim Nobre, delegado regional de polícia, o advogado Heitor de Moraes impetrou *habeas corpus* em favor de 474 operários presos, com paradeiro ignorado e perseguidos pela polícia que lhes andava à caça, “pobres homens” impedidos de se reunir na sede da Sociedade União dos Empregados da Companhia City, e “até mesmo de permanecer pacificamente em suas casas, tudo pelo horrendo crime de serem grevistas”.⁴⁷ Não obstante a perseguição policial, as principais reivindicações da greve de 1919 foram atendidas.

A repressão contra lideranças operárias continuava violenta. Os redatores de *A Plebe*, Luigi Damiani e Alexandre Zanelli, assim como o diretor da Federação Operária, Silvio Antonelli, foram presos após a explosão de uma bomba no Brás. Os dois primeiros foram deportados para a Itália, em segredo, para que os portuários não se declarassem em greve de

⁴⁶ *A PROPAGANDA COMUNISTA NO ESTADO DE S. PAULO, “HISTÓRICO”*. 10/7/35. Prontuário do Partido Comunista do Brasil, n.º 2.431, v. 9, f. 74. *DEOPS/SP*.

⁴⁷ MAFFEI, Eduardo. *A greve*, p. 155.

protesto e de solidariedade. Em 1920, na Itália, Gigi Damiani enfeixou os artigos que escrevera para o jornal *Humanità Nova* (que fundara com Malatesta) e os publicou sob o título: *La Questione Sociale in Brasile, paese per dove non si deve emigrare*. Esse livro denuncia os governantes do Brasil como sócios de industriais e latifundiários e responsáveis pelos salários de fome, horários de penitenciárias e quebra das organizações de classe dos trabalhadores. Palavras que ecoam Lima Barreto, que em 1918 caracterizou a oligarquia paulista como “a mais calamitosa, a mais odiosa do Brasil, a mais feroz”.⁴⁸

Após 1919 o número de greves diminuiu, mas os operários paulistanos continuaram a se agitar e a se organizar, especialmente nos sindicatos. Azis Simão arrola 246 movimentos de paralisação do trabalho ocorridos em todo o Estado, de 1901 a 1930.⁴⁹ Everardo Dias registra número menor: 61 (35 na capital e 26 no interior). José de Souza Martins, baseado no último autor, elabora tabela pela qual se pode verificar que a maior incidência de greves ocorreu no período de 1906-1920 — 88,5% do total registrado. As greves desse período marcaram-se por duas tendências nítidas: as greves por motivo de número de horas de trabalho concentraram-se entre 1906 e 1915 (88,9%), e as referentes a questões salariais entre 1911 e 1920 (69,6%). Para as três décadas iniciais do século XX, 57,4% das greves foram motivadas por questões salariais, e 34,5%, por más condições de trabalho. As soluções dadas aos movimentos mais expressivos ocorridos na capital em 1917 e 1919 ocasionaram possivelmente a sensível queda de greves a partir de 1920.⁵⁰ Este ano registrou uma única greve interprofissional e, até 1937, os conflitos de trabalho limitaram-se a estabelecimentos ou setores econômicos específicos. A partir de 1923 decresceram mesmo as ocorrências setorializadas, existindo anos que não registraram nenhuma agitação operária na capital ou no interior.⁵¹ Por outro lado, é preciso ter em conta o estado de sítio permanente do governo Bernardes e o paroxismo repressivo que se abateu sobre os operários paulistas, após o movimento fracassado de 32, para entendermos a aparente “paz social” desses anos.

⁴⁸ *Op. cit.*, p. 158.

⁴⁹ *Sindicato e Estado*: São Paulo, Dominus Editora/ Ed. da USP, 1966, p.p. 131-142.

⁵⁰ MARTINS, José de Souza. *Conde Matarazzo, o empresário e a empresa*. 2. ed. São Paulo, HUCITEC, 1976, p.p. 90-91.

⁵¹ SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado*, p.p. 134-142.

Foster Dulles⁵², simplificando tabela elaborada por Azis Simão, ajuda-nos a ter uma visão das ocorrências de greve no período de 1917-1935:

Greves no Estado de São Paulo (1917-35)

ANO	Cidade de São Paulo	Resto do Estado	Estado de São Paulo
1917	9	5	14
1918	1	3	4
1919	20	17	37
1920	11	2	13
1921	0	0	0
1922	10	3	13
1923	5	2	7
1924	1	0	1
1925	0	0	0
1926	1	0	1
1927	2	0	2
1928	5	1	6
1929	6	1	7
1930	11	1	12
1931	4	2	6
1932	19	5	24
1933	1	2	3
1934	11	9	20
1935	12	8	20

Foster Dulles. *Anarquistas e comunistas no Brasil*, p. 438.

As greves de 1917 e 1919, pela sua extensão e profundidade, provocaram relatos diversos sobre a situação do operariado em São Paulo. A “questão social” recebeu destaque nas esferas públicas. Como observa Paula Beiguelman, o “ostensivo interesse governamental, de um lado visava a neutralizar a agitação e de outro apresentá-la como fruto de obstinada intransigência e excessiva pressa dos interessados”...⁵³ Na campanha presidencial de 1919, os políticos concorriam em torno da disposição de preservar a tranquilidade pública, pela promulgação de leis, já consignadas internacionalmente na Conferência da Paz. Na verdade, não se pretendiam melhorar condições de trabalho numa indústria que empregava

⁵² *Anarquistas e comunistas no Brasil*, p. 438.

⁵³ *Os companheiros de S. Paulo*, p. 101.

fundamentalmente mulheres e menores nos seus setores principais — têxtil e alimentício. *A Plebe* denuncia que crianças de nove e dez anos eram obrigadas a trabalhar por tarefa, sendo depois prejudicadas no peso do material utilizado e, ainda por cima, multadas por se rirem ou por irem beber água.⁵⁴ Depoimentos de operários compõem o quadro denunciado pela imprensa operária:

Por esta época, dois mil operários vendiam sua força de trabalho a essa indústria (a Crespi). Vendiam mal. A exploração aí era infame. Tecelões e fiandeiras. Mocinhas, meninas, entravam naquela fornalha de sugar vidas. Muitas vidas foram consumidas por essa empresa. Conheci em longos anos de vivência na Mooca a morte de operários ainda moços, sugados gota a gota, consumidos até o último alento. Meninas, então, eram ceifadas como manadas de ovelhas a irem para o matadouro. Sugadas enquanto pudessem respirar. Trabalhavam dez, doze, e até quatorze horas sem parar. Mal alimentadas, mal dormidas, eram presas fáceis para o bacilo da tuberculose. E foi assim que os Crespi, os Matarazzo, os Jafet adquiriram títulos nobiliárquicos. Acumularam fortunas, compraram honrarias ceifando vidas. Sugando criaturas em troca de migalhas o bastante para mantê-las de pé.⁵⁵

As mocinhas eram as preferidas pela indústria têxtil. Trabalhavam das seis da manhã às sete e oito horas da noite, com uma hora intermediária para o almoço. Nas indústrias têxteis, os homens eram só os contramestres, mestres e tecelões especializados, todos mal-pagos e vigiados pelo mestre-geral ou o gerente da fábrica, que dispensava ou advertia, com atitudes despóticas. Aos gerentes e diretores só se podia falar de chapéu sobre o peito, fazendo vênia de beija-mão, numa humildade de escravos.⁵⁶

O depoimento de Jorge Street, quando da promulgação da legislação social de 1934, confirma a situação dramática do trabalhador, narrada pela imprensa proletária. Aquele

⁵⁴ Ano III, n.º 28, 9/10/1919.

⁵⁵ DIAS, Eduardo. *Um imigrante e a revolução. Memórias de um militante operário. 1934-1951*. São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 25.

⁵⁶ DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*, p. 46.

industrial, considerado como vanguardista no reconhecimento de direitos aos seus operários, confessa ter trabalhado com crianças de dez a 12 anos e talvez menos, “porque nestes casos os próprios pais enganam”. O horário normal era de dez horas e, quando necessário, de 11 ou 12. E racionaliza:

Nos países fortemente industrializados, em que a oferta de braços é excessiva e o trabalho mais escasso, há sempre a tendência, baseada em razões mais econômicas do que propriamente de proteção moral, a elevar-se cada vez mais a idade de admissão dos menores nos trabalhos industriais e comerciais. No Brasil não prevalece essa razão; não só é o desenvolvimento físico entre nós mais precoce, como há, indubitavelmente, antes falta do que excesso de braços. Na economia particular do trabalhador, além disso, existe a necessidade real de transformar o mais cedo possível o peso morto que é o filho menor, em elemento auxiliar, útil pelo trabalho.⁵⁷

Jorge Street, o capitalista que “teve o mérito de praticar um capitalismo humano quase impossível de ser aplicado em seu tempo”⁵⁸, era favorável à jornada de dez ou onze horas e praticava a mesma política salarial ou de repressão aos movimentos operários em uso entre os industriais paulistas. Podemos, pois, entender o significado do comentário de *A Plebe*, emitida em nota referente a “Palcos, Telas e Arenas”: “Circos. O público das galerias, numa explosão de alegria, mudou o nome das feras em exposição. Atualmente passaram a chamar-se o leão Matarazzo, a hiena Jorge Street e o urso Penteado.”⁵⁹

As lutas operárias e as organizações associativas e sindicais operárias constituíram uma espécie de *back ground* da história da fundação do PCB e de sua seção paulista. Em 1920 já existia, nas principais cidades brasileiras, perto de um milhar de sindicatos ou de associações congêneres, de quase todas as categorias profissionais. Como a soma do proletariado nacional não chegasse a 500.000, dos quais a minoria estava sindicalizada, o

⁵⁷ *A Legislação Social Trabalhista no Brasil*, 1934. *Apud*: BEIGUELMAN, Paula. *Os companheiros de São Paulo*, p. 107.

⁵⁸ As palavras são do comunista Eduardo Maffei, em: *A greve*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 10.

⁵⁹ Ano III, n.º 5, 11/9/1919. *Apud*: HARDMAN, Francisco Foot. *Nem Pátria, nem patrão!*, p. 79.

número de sindicatos é bastante representativo para se pensar no espírito associativo de um proletariado ainda cheio de resquícios pequeno-burgueses. A luta e a organização operárias acompanhavam-se de órgãos de imprensa própria, dominada por idéias libertárias ou liberais, até as grandes greves de 1917/18. Nesses jornais, a palavra “classe” ainda não tinha significado definido, embora eles defendessem as ideologias operárias em voga — o anarquismo e o anarco-sindicalismo —, inspiradas nas idéias de Bakunin, Kropotkin, Proudhon, Faure. Se, de um lado, essas idéias eram úteis para unir e organizar os operários, do outro tinham o defeito de isolar o operariado da vida política, que consideravam como uma invenção burguesa. Restringiam, assim, sua atividade à luta por reivindicações econômicas, à espera de que um dia a Revolução pendurasse os tiranos, os padres e capitalistas nos postes, para instaurar o anarquismo, isto é, um hipotético regime social sem governo.⁶⁰ No ano de 1919 maximalistas e anarquistas brasileiros fundaram no Rio o Partido Comunista Libertário, declarando-se “inimigos irreconciliáveis do Coletivismo e do Socialismo de Estado, que, tendendo à destruição dos privilégios capitalistas, criam, inevitavelmente, os privilégios burocratas”.⁶¹ O grupo anarquista do Rio de Janeiro — composto por José Oiticica, Roberto Morena (“Vicente da Costa e Silva”), Afonso Schmidt, Octávio Brandão, Astrojildo Pereira, Everardo Dias e outros —, responsável pela criação do Grupo Comunista de 1921-1922 e pelo Partido Comunista, transferiu-se quase todo para São Paulo.⁶²

A colaboração da polícia paulista com os industriais é comprovada a cada passo pelos arquivos policiais. Os industriais utilizavam-se cinicamente de argumentos ligados à situação de penúria de seus empregados para requerer a intervenção policial nas greves operárias, como fazem “diversos industriais de calçados” em carta “confidencial” ao delegado de Ordem Política e Social. Começam por chamar a atenção da autoridade para a cobertura que a greve vinha recebendo em diversos vespertinos da capital, juntando “retalho” comprobatório de jornal. A seguir, expõem cruamente:

⁶⁰ BASBAUM, Leoncio. *História sincera da República*, p.p. 305-306.

⁶¹ *Apud*: RIBEIRO, Darcy. *Aos trancos e barrancos...*, verbete n.º 366.

⁶² Informações sobre a atividade de Vicente da Costa e Silva. Prontuário do Partido Comunista, n.º 2.431, v. 1, doc. n.º 45, f. 58.

Se tomamos esta iniciativa, é pelo fato de conhecermos, de sobra, a resistência financeira dos nossos operários, que não vai além da insignificância; e no entanto já entramos no quinto dia de greve, e os mesmos não ressentem falta de coisa alguma, o que nos força a crer estarem sendo socorridos por pessoas estranhas ao meio e fortemente interessadas na ruína ou quando não, pelo menos, em estabelecer a confusão. Aconselhamos, pois, medidas radicais contra estes elementos, a fim de pôr termo a esta lamentável situação.”⁶³

Para atender a apelos dessa natureza, a polícia mantinha informes pormenorizados sobre os trabalhadores, colocando-se ostensivamente a serviço dos industriais. Nos registros do *DEOPS/SP* abundam listas de “elementos reconhecidamente comunistas e agitadores”, como uma referente à Sociedade Anônima Moinho Santista Indústrias Gerais, de Santo André, onde trabalhavam 1.300 operários — 481 homens e 819 mulheres —, e que traz uma lista com informações sobre os líderes ou cabeças de greves.⁶⁴

Assim, o combate aos comunistas encontrava legitimação na defesa entusiástica do capital, empreendida pela Ordem Social e Política de São Paulo. Lemos, por exemplo, num comunicado reservado sobre a infiltração de Luíza Branco junto aos operários da Ítalo Brasileira: “Essa mulher constitui um verdadeiro perigo, pois instiga o operariado a não fazer acordo algum com os industriais.”⁶⁵

Menos vigoroso do que o anarquismo, o socialismo foi a segunda corrente a influenciar os trabalhadores paulistanos, embora tenha-se exercido mais limitadamente, circunscrevendo-se a um grupo reduzido de intelectuais e operários intelectualizados.

Fontes

Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, Anno I, n.º 4, 3.º trimestre de 1912.

Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, Anno I, número 4, 3.º trimestre de 1912.

Carta de 6/5/1932. *Prontuário do Partido Comunista*, n.º 2.431, v. 1, doc. n.º 26.

⁶³ Carta de 6/5/1932. *Prontuário do Partido Comunista*, n.º 2.431, v. 1, doc. n.º 26, f. 33.

⁶⁴ *Prontuário de José Herreiras*, n.º 89.009. *DEOPS/SP*.

⁶⁵ Reservado Rubens. São Paulo, 10/7/35. *Prontuário de José Alves de Brito Branco*, n.º 170. *DEOPS/SP*.

Carta Pastoral de D. Frei Luiz Maria de Sant'Anna Bispo de Uberaba saudando aos seus diocesanos. São Paulo: Casa Duprat-Mayença, 1929

Informações sobre a atividade de Vicente da Costa e Silva. Prontuário do Partido Comunista, n.º 2.431, v. 1, doc. n.º 45.

Jornal *Avanti*, 1/5/1914.

Jornal *Correio Paulistano*, 19/9/1908; 30/9/1908; 26/9/1908; 19/9/1909; 6/9/19; 14/2/1912; 16/5/1912; 16/3/1913; 21/4/1913; 26/8/1914; 27/8/1914; 3/8/1914; 15/7/1915.

Jornal *La Bataglia*, 26/5/1912; 24/9/1911;

Jornal *Germinal*, n.º 1, 16/3/1913.

Jornal *O Estado de S. Paulo*, 20/6/1917; 30/6/1917; 5/7/1917; 7/7/1917.

Prontuário n.º 122, de Edgard Leuenroth, v. 1. *DEOPS/SP*.

Prontuário de José Herreiras, n.º 89.009. *DEOPS/SP*.

Prontuário do Partido Comunista do Brasil, n.º 2.431, v. 9. *DEOPS/SP*.

Prontuário de José Herreiras, n.º 89.009. *DEOPS/SP*.

Prontuário de José Alves de Brito Branco, n.º 170. *DEOPS/SP*.

Prontuário de José Alves de Brito Branco, n.º 170. *DEOPS/SP*.

Bibliografia

BEIGUELMAN, Paula. *Os companheiros de São Paulo*. São Paulo: Símbolo, 1977.

CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. *“Tempos de viver”: dissidentes comunistas em São Paulo (1931-37)*. Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Unesp. Franca, 1998.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *A “Questão Social” no Brasil. Crítica do discurso político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

BASBAUM, Leoncio. *História sincera da República*. 2.ed. São Paulo: Ed. Edaglit, 1962.

DIAS, Eduardo. *Um imigrante e a revolução. Memórias de um militante operário. 1934-1951*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

DULLES, John W. Foster. *Anarquistas e comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

HARDMAN, Francisco Foot. *Nem Pátria, nem patrão!* São Paulo: Brasiliense, 1984.

MAFFEI, Eduardo. *A greve*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

RIBEIRO, Darcy. *Aos trancos e barrancos. Como o Brasil deu no que deu*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1985.